

Campanha Nacional em Defesa dos Hospitais Universitários



DENEM
DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA



ENE
NUTRIÇÃO



Olá Estudantes, trabalhadores, profissionais da saúde e usuários do SUS,

Esta cartilha faz parte da **Campanha Nacional em Defesa dos Hospitais Universitários** organizada pela representação nacional dos estudantes da saúde, através das Executivas dos cursos de Farmácia (ENEFAR), Enfermagem (ENEEnf), Psicologia (CONEP), Nutrição (ENEN), Medicina (DENEM) e Serviço Social (ENESSO). Somos estudantes de todo Brasil, de diversos cursos da Saúde que, preocupados com os caminhos que vêm sendo propostos para os Hospitais Universitários (HUs) no nosso país, nos organizamos para lutar contra esses ataques.

Desde o marco da criação do SUS, a saúde pública no Brasil vem sofrendo com o desmonte do nosso Sistema Único de Saúde que não é, e nunca foi colocado como prioridade pelos sucessivos governos. E nesse contexto, **o Governo tem fechado os olhos aos problemas da saúde, enquanto propõe as soluções que mais lhe convém**, não importando as consequências que essas ações têm para a nossa população, mas sempre beneficiando os empresários que encontram na saúde um mercado cada vez mais lucrativo.

Um dos alvos no momento são os Hospitais Universitários, que compõe a maior rede de hospitais do SUS com 46 hospitais em todo o Brasil, ao todo 10% dos leitos que respondem por 12% de todas as internações no sistema. Após longos anos de orçamentos deficitários e funcionários desvalorizados, querem terceirizar e privatizar a gestão dos HUs através da **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)** sob a alegação de que com a nova empresa, como num passe de mágica, os problemas históricos serão solucionados.

Esperamos que através dessa cartilha possamos embasar e inspirar os estudantes de todo o Brasil a se organizar e lutar em defesa dos seus HUs, em defesa do SUS e da universidade pública.

Qual a realidade da saúde pública no Brasil?

Durante a Reforma Sanitária, a efervescência que havia em torno da construção de um Sistema Universal, Público e Estatal de Saúde movia estudantes e trabalhadores juntos pela meta-síntese: “Saúde: direito de todos, dever do Estado brasileiro”. Naquele momento de redemocratização do Brasil, a perspectiva de implementação do SUS abria caminho para a esperança de reconstruir o país após a ditadura militar, simbolizava a vitória da população na conquista de direitos.

Vivenciamos, porém, desde a Constituição de 1988, uma progressiva transferência do Sistema Único de Saúde à iniciativa privada. As lacunas deixadas na lei orgânica do SUS, a exemplo da falta de regulamentação do financiamento e a possibilidade de complementariedade de serviços privados ao SUS, tornaram-se grandes obstáculos a concretização do Sistema público e estatal que somados à intensa desresponsabilização do Estado, se evidenciam no desmoronamento desse sistema. Além do financiamento insuficiente da Saúde e a grande parcela dos recursos ainda destinada aos serviços privados, hoje os “novos modelos de gestão” significam perda de direitos adquiridos e a desconstrução dos princípios do SUS. E é nesse contexto, então, que surge a EBSEH.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEH

O que ela é?

A EBSEH é uma empresa pública de direito privado criada pelo governo federal no final de 2010 com o objetivo administrar e gerir todos os hospitais universitários federais do Brasil, desvinculando estes das universidades. Ela instalará uma lógica produtivista dentro dos HUs, estabelecendo metas de desempenho, prazos e indicadores. **Em outras palavras, o governo diz que o problema dos HUs não é a falta de pessoal ou de financiamento, mas sim a gestão.**

A empresa será hierarquizada, com sede em Brasília e subsidiárias espalhadas pelo país. A administração e central será feita por gestores indicados pelo governo, **com participação reduzidíssima das universidades e dos usuários do SUS nas decisões da Empresa.**

Ela terá capital próprio, poderá gerar lucro e obter recursos através de prestação de serviços, alienação de bens das universidades, aplicações financeiras, direitos patrimoniais (como aluguéis), empréstimos, acordos e convênios com a iniciativa privada, além dos repasses tradicionais da união. **Ou seja, abertura dos HUs ao capital privado.**

A empresa poderá contratar profissionais para os hospitais no regime CLT (consolidação das leis trabalhistas) e não haverá mais contratos do tipo RJU (regime jurídico único). Os profissionais serão empregados da própria empresa, e não da universidade em que trabalham, sem que tenham as obrigações condizentes ao ambiente universitário. **Para solucionar o problema dos terceirizados, o governo resolveu terceirizar o hospital todo!**

Em que contexto ela surgiu?

Para entendermos a criação da EBSEH, precisamos olhar para história recente dos hospitais universitários do Brasil e para a própria história do SUS.

A partir da implementação do SUS, os hospitais universitários deixaram de ser unidades meramente de ensino e passaram, além disso, a ser referências em assistência secundária e terciária. O período em que isso se concretiza, entretanto, coincide com o auge da transferência de responsabilidade do Estado para as empresas, redução do financiamento das áreas sociais, período chamado de neoliberalismo - aprofundado nos anos 90 com FHC e mantido até os dias de hoje pelo governo Dilma. Nesse período se iniciam as crises cíclicas dos HUs.

O financiamento reduzidíssimo pelas partes responsáveis (Ministérios da Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia) e o enorme déficit de profissionais resultante da falta de concursos públicos levaram a uma grande precarização dos serviços. A alternativa encontrada pelas universidades foi a contratação de funcionários terceirizados, através das fundações de apoio, que mais tarde culminou com a sobrecarga e o endividamento desses hospitais. Em 2007 a dívida somada dos HUs chegou a 440 milhões de reais.

Durante o início da década de 2000, o problema foi ignorado, até que em 2006 um estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que a situação de mais de 26 mil funcionários dos Hospitais Universitários contratados via fundações, era ilegal. Sabendo da necessidade dos HUs de continuarem a funcionar, o TCU deu **um prazo longo e confortável** para que o Governo Federal se adequasse a lei. Era necessário que a situação fosse resolvida através da substituição do quadro de terceirizados por concursados.

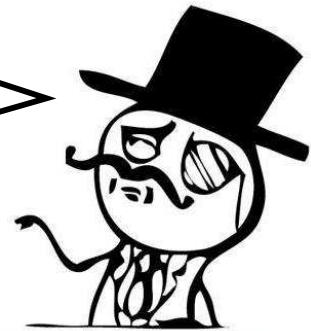
Nesse período entre 2006 e 2010, além da não realização dos concursos públicos necessários, dois fatos reveladores ocorreram. O primeiro foi a criação das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) que já deixava clara em suas atribuições que os HUs poderiam ser alvos do novo modelo. O segundo foi o lançamento do REHUF-programa nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais que propunha, entre outras coisas, novos mecanismos de financiamento e melhoria no processo de gestão, sendo modelos referenciais o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA), gerido por uma empresa pública, e os hospitais do estado de São Paulo, geridos pelas famigeradas Organizações Sociais (OSs).

Dentro desse quadro, já era claro que o governo NÃO aumentaria o financiamento para os hospitais universitários e que NÃO realizaria mais concursos públicos para resolver os problemas crônicos, e que apenas justificaria tais déficits a uma mera questão de má gestão. Isso se confirmou no último dia de mandato do presidente Lula, último dia do prazo dado pelo TCU, o fatídico 31 de dezembro de 2010. Foi lançada a MP 520, medida provisória que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e trazia a

“solução” para a “regularização” desses funcionários. Em junho de 2011, a MP acabou expirando no Senado Federal, sendo prontamente reeditada em regime de urgência pelo Governo Dilma com uma nova face: o PL 1749, com algumas mudanças em relação a MP, mas com a mesma essência privatista. A Lei foi aprovada na Câmara Federal e no Senado, e sancionada pela presidenta.

Mas, após todo esse histórico, você deve estar se perguntando:

Porque a EBSERH será tão prejudicial aos HUs? Porque se afirma que ela irá privatizar e terceirizar os HUs? Porque os estudantes e os trabalhadores serão prejudicados?



Apesar de muitos alegarem que a EBSERH é uma empresa pública, os termos de seu estatuto deixam claro que a empresa terceiriza a administração, desvincula os HUs das universidades, é altamente antidemocrática, guiada por interesses privados, permissiva com a corrupção, e ofensiva aos pilares da universidade pública: ensino, pesquisa, e extensão. **É isso que queremos para nossas universidades?**



**EBSERH NÃO COMBINA COM SUS
E COM UNIVERSIDADE PÚBLICA!**

E o que a EBSEERH representa?

Os Hospitais Universitários se configuram hoje como o principal cenário de prática, pesquisa e extensão dos cursos da Saúde nas Universidades Brasileiras, além de prestarem percentualmente a maior parte da assistência de alta complexidade no Brasil (50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes, 50% das neurocirurgias e 65% dos atendimentos em malformações craniofaciais).

Com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a característica de hospital voltado para a formação de profissionais da saúde é prejudicada, assim como a pesquisa e a extensão sob a lógica de funcionamento da empresa, considerando seus princípios fundamentais do cumprimento de metas e da gestão e assistência na perspectiva mercadológica. Esses pontos são os mais problemáticos da EBSEERH, como veremos adiante. Ao transplantar a lógica de mercado para a saúde e a educação, o caráter e o interesse público ficam de lado, e as portas abertas para a terceirização e privatização nos HUs.

Vamos a partir de agora abordar cada um desses pontos de maneira mais detalhada.

**SEM MAIS RECURSOS PÚBLICOS,
NÃO HÁ EBSEERH QUE SALVE OS
HUs!**



As principais mudanças que a EBSEERH pretende realizar nos HUs dizem respeito à autonomia universitária, ao controle social e, sobretudo ao caráter público dos hospitais. E todos esses pontos passam por uma questão central: as fontes de financiamento dos HUs e a abertura dessas aos interesses privados.

Considerando o subfinanciamento crônico de toda a saúde pública e dos HUs no Brasil, e considerando postura recorrente do governo de priorização do setor financeiro no orçamento da união em detrimento de setores sociais (saúde, educação, seguridade...), uma coisa fica clara: **Não existe a perspectiva de que o financiamento público para os hospitais universitários seja aumentado.** E nesse caso, um dos maiores mitos com relação à EBSEH cai por terra. Ela não garante de forma alguma mais verba para os HUs, e, portanto não é uma solução definitiva para suas crises cíclicas como os defensores da empresa argumentam.

Gestão na lógica empresarial e regime de metas: o produtivismo, a priorização da quantidade à qualidade, e o tripé ensino/pesquisa/extensão em segundo plano.

O regime de metas é um ponto intrínseco ao modelo de gestão da EBSEH, que vai interferir diretamente no ensino e no atendimento à população. É importante dizer que não defendemos que o planejamento das ações dos hospitais universitários não deva ser feito ou que a gestão não deva ser aperfeiçoada. É necessário sim que a comunidade universitária, os usuários do SUS, os trabalhadores, pensem e planejem as ações em saúde, que aproveitem melhor o dinheiro público. Porém, isso deve ser feito sempre se assegurando o interesse público, os princípios do SUS e da universidade pública e a busca pela qualidade no atendimento à população. Daí entram alguns questionamentos: que metas serão essas? Quais serão seus objetivos? Como elas serão implementadas?

A essência desse regime vem do modelo de gestão empresarial: a ideia de se fazer mais com menos, de se reduzir gastos e aumentar o lucro, de trabalhar na lógica de mercado. Mas como isso se aplica a um hospital universitário, a um ambiente de atenção à saúde, de pesquisa e ensino? O regime de metas imposto pela EBSEH implanta a prioridade à quantidade de atendimentos, e não à qualidade ou ao ensino. A partir disso, **podemos identificar então dois grandes problemas: o produtivismo**

dentro dos hospitais universitários e a despriorização do tripé ensino/pesquisa/extensão.

Com relação ao produtivismo, cada departamento, cada profissional, terá que realizar uma quantidade determinada de procedimentos, de exames, de consultas, além de reduzir o tempo da estadia do paciente no hospital. Isso faz com que o objetivo final do trabalho deixe de ser a saúde do paciente e passe a ser o cumprimento do número determinado pelo gestor. **As consequências dessa lógica são danosas, os hospitais passariam a ser uma verdadeira linha de produção: consultas rápidas e pouco aprofundadas, realização de exames e procedimentos desnecessários, liberação precipitada de pacientes, aumento na quantidade de reinternações, diminuição da resolutividade.** Nesse sentido, quando se prioriza a quantidade à qualidade, o maior prejudicado é a população atendida. E isso é algo real, não estamos fantasiando essa hipótese baseados em suposições. Basta ler o relatório que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo elaborou sobre as Organizações Sociais, entidades que empregam a mesma lógica da EBSEH a hospitais públicos. Nele está demonstrado que a taxa de mortalidade nos hospitais administrados por Organizações Sociais é 70,1% (isso mesmo) maior do que nos de administração direta público-estatal. Ou seja, esses **novos modelos de gestão fazem mal à saúde da população.**

Sabemos que o tripé ensino, pesquisa e extensão é a essência da universidade pública, e que estas são atividades que demandam muitos investimentos para que sejam realizadas com excelência. Porém isso entra em contradição com o modelo adotado pela EBSEH. Se a idéia é reduzir gastos e cumprir metas, e se as atividades essenciais da universidade são dispendiosas, fica fácil perceber o que vai acontecer. Para a empresa, investir em ensino, pesquisa e extensão não trará retorno financeiro direto, dificultará os profissionais a cumprirem as metas estabelecidas, e representará um grande gasto para o orçamento. **Dentro desse panorama, fica claro que essas atividades ao longo do tempo ficarão em segundo plano. A não ser que a empresa descubra maneiras de tornar lucrativas essas atividades.** E isso é uma possibilidade real, como veremos adiante no caso da pesquisa.

Falta de recursos e abertura ao capital privado: entendendo a essência da empresa. Nos HUs, pesquisa e atendimento diferenciado para quem pode pagar.

Considerando que os recursos para os HUs não vão aumentar e partindo da análise do artigo que dispõem sobre a origem dos recursos da empresa, podemos identificar o que sem sombra de dúvidas é a alma da EBSEH: a **utilização da universidade pública para atendimento de interesses privados.**

“Art. 8º Constituem recursos da EBSEH:

I - recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União;

II - as receitas decorrentes:

a) da prestação de serviços compreendidos em seu objeto;

b) da alienação de bens e direitos;

c) das aplicações financeiras que realizar;

d) dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações; e

e) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

IV - rendas provenientes de outras fontes.”

Se a falta de verbas é uma das causas principais dos problemas dos HUs, se o financiamento público para estes não vai aumentar, e se a empresa poderá prestar serviços, receber doações e realizar convênios com a iniciativa privada, fica claro que a **ÚNICA** maneira de se aumentar a arrecadação dos HUs é através da iniciativa privada. Isso já ocorre em hospitais que adotam modelos semelhantes. O HC (hospital das clínicas) da USP possui convênios com empresas como a Dixtal Biomédica Ltda, Instituto Avon, Vale do Rio Doce e com a Fundação Ford. O HC de Porto Alegre recentemente recebeu um milhão de dólares como doação da Sanofi-Aventis.

Nenhuma empresa faz doações se não há algum tipo de retorno para a própria. Portanto nos HUs, essas relações promíscuas significam que as empresas utilizam a estrutura e mão-de-obra qualificada da universidade pública para benefício delas próprias.



As consequências dessas parcerias para a autonomia universitária são devastadoras. **Como ficará a independência nas pesquisas realizadas?** Como já diria o ditado, quem paga a banda escolhe a música. Os HUs são responsáveis por grande parte das pesquisas na área da saúde no Brasil, nos levando a pensar que tipo de pesquisa será estimulada dentro desse novo ambiente criado. A pesquisa, o ensino e a extensão serão feitas para que e para quem? **A partir da abertura a parcerias com a iniciativa privada, a universidade tenderia a pesquisar apenas aquilo que fosse objeto de interesse das empresas dispostas a investir**, e não mais o que a população e a saúde pública no Brasil de fato precisam ou o que os pesquisadores de fato querem. **E**

dessa maneira sutil, quem dita os rumos das pesquisas nas universidades passa a ser o setor privado, ferindo, como já dissemos, a autonomia. Portanto qual o viés dessas pesquisas? E em se falando de áreas cuja pesquisa não irá gerar lucro, como ficamos?

Outro problema que nasce em consequência dessas possibilidades de convênios, é o da **dupla-porta de entrada, criando áreas do hospital reservadas para planos de saúde**. Apesar de em seu estatuto a EBSEH dizer que prestará serviços apenas no âmbito do SUS, a nossa constituição garante que a iniciativa privada também faz parte do sistema. Não existem garantias de que os HUs continuarão a atender 100% SUS. Isso fica mais evidente quando analisamos os modelos de referência para a criação da EBSEH, o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e os hospitais paulistas (administrados por Organizações Sociais). Esses “modelos” já adotam essa prática, reservando leitos para pacientes de planos de saúde. **Isso ignora completamente o princípio da universalidade no SUS, pois gera discriminação e tratamento diferenciado entre os usuários que podem pagar pela saúde e os que dependem exclusivamente do SUS**. Além disso, essa é uma clara forma de utilização da estrutura pública para benefício privado, já que raramente o SUS é devidamente reembolsado pelos planos de saúde nos atendimentos que realiza.

Universidade, trabalhadores e usuários do SUS não decidiriam nada nos HUs. O desrespeito ao controle social e à autonomia universitária.

A redução do controle social também representa uma forma explícita de perda da autonomia universitária. O Estatuto social da forma como foi aprovado impõe grandes restrições a participação dos usuários e dos trabalhadores nas instâncias decisórias da EBSEH. No Conselho Administrativo, por exemplo, sete dos nove conselheiros serão indicados pelo Governo. O próprio Conselho Consultivo, que deveria fazer o papel de “controle social”, não apresenta a paridade colocada pela Lei nº 8.142, além de ter um caráter consultivo, e não deliberativo como são os conselhos de saúde.

A EBSEERH é uma empresa hierarquizada e antidemocrática, pois será administrada pelos gestores por ela contratados que não terão vínculo algum com os HUs. Isso implica que as Universidades terão pouco ou quase nenhum controle sobre as decisões centrais da administração, além de ter que cumprir diretrizes estabelecidas unilateralmente pela sede da empresa. Em outras palavras, mesmo que os conselhos diretores sejam mantidos, **a gestão do hospital será terceirizada**, de maneira que a Universidade terá poderes reduzidos para definir as prioridades e rumos de seu próprio HU.

Além disso, a empresa já nasce desrespeitando as duas maiores instâncias democráticas de controle no SUS: a 14ª Conferência Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, já que ambos se posicionaram contra a sua criação.

Sem licitação, portas abertas para a corrupção nos HUs.

Os defensores da EBSEERH alegam que um dos benefícios que a empresa trará será a agilidade nas compras do hospital. Porém, essa agilidade se daria porque **a EBSEERH e suas subsidiárias, diferente de qualquer setor público, não precisarão realizar licitações!** Em outras palavras, a EBSEERH legaliza o que hoje é ilegal. Modelos de gestão que dispensam licitação já se mostraram extremamente corruptos. As licitações não impedem as fraudes, mas são a ferramenta que o setor público tem para evitar o favorecimento de fornecedores, desvio de verba pública, garantir a compra pelo menor preço, e evitar a corrupção. Contratar determinado serviço da empresa “amiga” de determinado administrador, ou da empresa que oferece dinheiro por fora, ficam mais fáceis no novo modelo. Novamente, a estrutura e o dinheiro público passam a ser usados para interesses privados. Não é preciso suspender as licitações para agilizar o serviço, mas sim planejamento.

Contratação de Profissionais nos HUs: precarização e fragilidade das relações de trabalho, alta rotatividade e desvinculação da universidade.

A incoerência da Lei que da EBSEH é tamanha que para “regularizar” a situação dos terceirizados opta-se por impor a todos os profissionais contratados o mesmo regime precarizante de trabalho que o TCU condenou. Esse é o regime CLT (consolidação das leis trabalhistas), o mesmo tipo de contrato firmado por empresas privadas com seus funcionários, que substituirá o RJU (regime jurídico único), que é o contrato dos servidores públicos concursados.

Essa nova forma de contratação diminui a estabilidade dos profissionais e aumenta significativamente a rotatividade nos quadros dos HUs, já que os contratos serão temporários e os funcionários contratados podem ser facilmente demitidos. Nós, estudantes da saúde, sabemos o quanto é importante tanto para o sistema de saúde quanto para a educação, a presença de profissionais adaptados e comprometidos com a instituição, conhecedores da estrutura e especificidades do ambiente de trabalho. Além disso, poderão esses trabalhadores sugerir mudanças que, por exemplo, vão contra a empresa e a favor do ensino de qualidade, se o risco de demissão é eminente? Eles terão liberdade para se organizar e reivindicar seus direitos? Trabalhar com a faca no pescoço definitivamente não ajuda na boa prática de ensino. O mais grave de tudo isso é que, mais prejudicado que os estudantes, ficará o próprio atendimento da população.

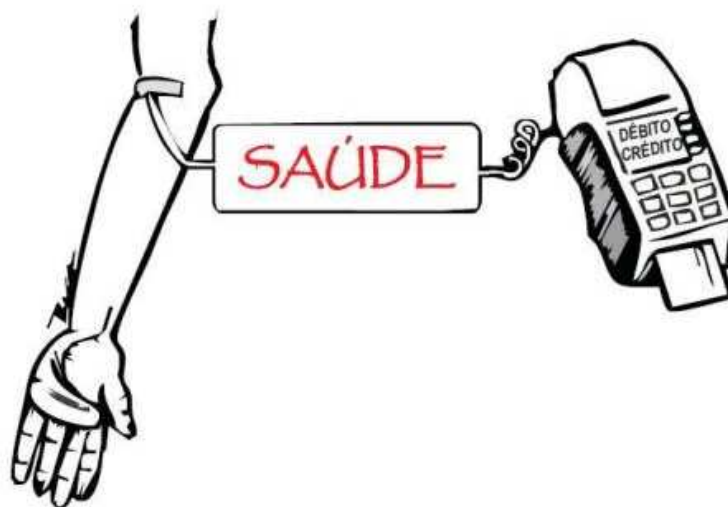
Além disso, os novos profissionais não terão mais vínculo algum com as universidades! Como estes serão contratados da empresa e não da universidade, o que teremos são médicos, enfermeiros, psicólogos, farmacêuticos, nutricionistas e outros profissionais trabalhando nos HUs sem obrigação nenhuma com ensino, pesquisa ou extensão. Como ficaria nessa situação a demanda por estágios? Teremos profissionais dispostos a assumir atividades ligadas à docência e pesquisa, sem terem sido contratados para isso? **Os HUs dessa maneira tendem a se aproximar dos hospitais comuns, deixando de lado o ensino e se tornando um simples prestador de serviços.**

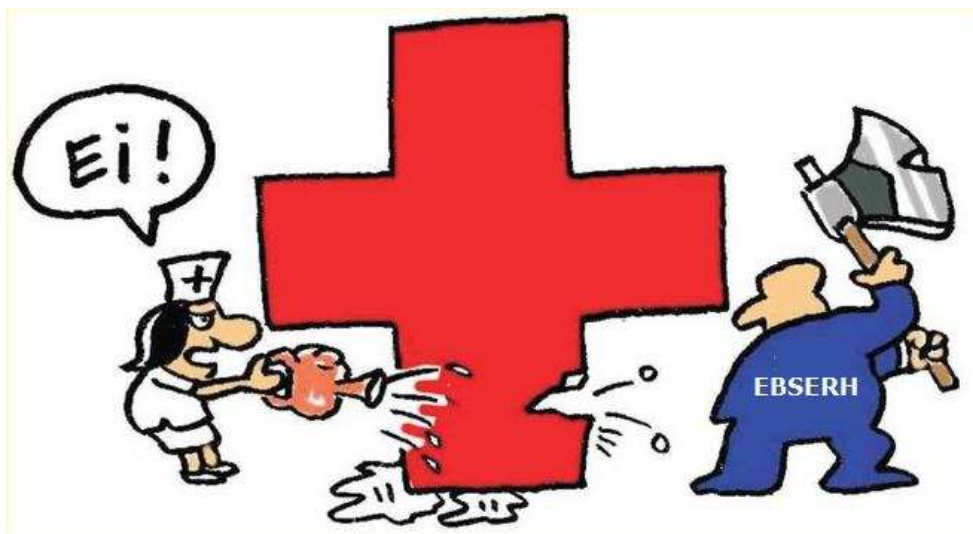
Alternativas plausíveis que valorizam os profissionais como o plano de cargos e carreiras para os trabalhadores da saúde são assim engavetadas e mais uma vez se culpa ineficácia da administração pública direta e os servidores públicos para fragilizar os vínculos. O mais grave de tudo isso é que, mais prejudicado que os estudantes, ficará o próprio atendimento da população.

Para os estudantes, o ensino nos HUs em xeque.

Com tudo isso que mostramos os estudantes tem que estar em estado de alerta! Com profissionais sem vínculo com os HUs, sem obrigações com o ensino, tendo que cumprir rígidas metas de produtividade, e com contratos temporários, como fica a formação? Em um hospital onde a prioridade é a prestação de serviços, a quantidade de atendimentos e o ensino é visto como gasto, onde entram os estudantes? Como ficam nossos já escassos estágios? Não podemos aceitar isso de braços cruzados!

Quanto vale a sua saúde?





**MAS E AGORA,
O QUE PODEMOS
FAZER?**



No meio de tanta notícia ruim, o mais importante nesse momento é saber que não perdemos a luta, e que na verdade ela está só começando. Para que a gestão dos HUs seja transferida para a EBSEH, ela deverá ser antes aprovada pelos Conselhos Universitários, instância máxima de deliberação das universidades federais.

A chantagem que está sendo feita pelo governo federal com as universidades, deixa a impressão que a EBSEH é a única saída, que sem ela os HUs irão acabar, que sem ela os cerca de 35% de funcionários terceirizados serão demitidos. Não podemos aceitar isso, essa não é a única saída. Negando a empresa, obrigamos o governo a propor alternativas plausíveis. Demitir 35% dos funcionários dos hospitais universitários é uma decisão que governo nenhum irá bancar.

Nós estudantes precisamos estar a par do assunto e ficarmos atentos porque em inúmeros lugares tais medidas tem sido decididas a revelia da comunidade acadêmica. Uma mudança com repercussões dessa amplitude não pode acontecer sem o nosso conhecimento e tampouco dos usuários. O Movimento Estudantil tem se posicionado fortemente contrário a esse e outros modelos de gestão da Saúde Pública que se pautam pela transferência à iniciativa privada. Inúmeros CAs/DAs, Executivas de Curso, Sindicatos de Docentes e Servidores, Conselhos de Saúde, além de uma gama de organizações e movimentos que compõem a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde têm estudado, debatido e se posicionado em defesa da saúde da nossa população, em defesa do SUS e da nossa formação.

Fique de olho porque em inúmeras Universidades, a Empresa já está em pauta e pronta para ser aprovada sem sequer tomarmos conhecimento. Convocamos a todos e todas para juntos construirmos força, nos organizarmos e lutar dizendo não à EBSEH em nossos Hospitais Universitários.

A defesa dos HUs passa sim por mais financiamento, abertura de concurso e real compromisso com a comunidade. Se hoje há problemas nos nossos HUs, não estamos fechando os olhos, precisamos buscar alternativas, mas a solução está longe de ser através da transferência da responsabilidade que é do Estado Brasileiro para as mãos da iniciativa privada.

Não dá pra acreditar que o problema da saúde pública do país é a gestão, quando se investe menos de 4% do Orçamento do Governo Federal em saúde, num país que se

propõe a ter um sistema universal, que atenda a quase 200 milhões de pessoas. O compromisso desse governo está claro no corte de 5,4 bilhões de reais em fevereiro desse ano. Saúde não é e nunca foi prioridade.

Para a defesa dos nossos Hospitais, é vital que os estudantes estejam conscientes de todo esse processo. Promoveremos momentos de estudo e debate, atos, assembléias, manifestações que exponham à comunidade universitária e a população a verdadeira face dessa Lei. E contem com a gente para isso!

ASSINAM ESTA CAMPANHA:

CONEP - Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia

DENEM - Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina

ENEEnf – Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem

ENEFAR - Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia

ENEN - Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

